

PARECER N.º /2018

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

PROJETO DE LEI N.º 20/2018 E SUBSTITUTIVO N.º 1

AUTOR: VEREADORA ANDRÉA MACHADO

RELATOR: VEREADOR PAULO CÉSAR RODRIGUES

1. RELATÓRIO

O Projeto de Lei n.º 20/2018 é de iniciativa da Vereadora Andréa Machado, que busca, por meio dele, alterar a Lei Complementar n.º 3, de 14 de junho de 1991, que institui o Código de Posturas do Município de Unaí.

Recebido e publicado no quadro de avisos em 28 de fevereiro de 2018, o projeto recebeu o Substitutivo n.º 1, publicado em 12 de março de 2018 e, na sequência, foi distribuído à Douta Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos que exarou parecer e votação favoráveis à sua aprovação e apresentou a Emenda n.º 1 ao supracitado Substitutivo.

Em seguida, a matéria foi distribuída nesta Comissão, que me designou como relator para exame e parecer nos termos regimentais.

É o relatório. Passa-se a fundamentação.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A competência desta comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas, para apreciar a matéria em questão, encontra-se inserida no art. 102, II, “d” e “g”, da Resolução n.º 195/1992, que assim dispõe:

Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:

(...)

II - à Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas:

(...)

d) repercussão financeira das proposições;

(...)

g) aspectos financeiros e orçamentários de quaisquer proposições que importem

aumento ou diminuição de receita e despesa;
(...)

Conforme dito no sucinto relatório, a intenção da nobre autora é alterar dispositivos na Lei Complementar n.º 3, de 14 de junho de 1991, que institui o Código de Posturas do Município de Unaí.

As alterações em questão incluem o artigo 94-C e respectivos parágrafos ao texto da Lei Complementar n.º 3/1991. Tais alterações visam obrigar o organizador do evento a divulgar de forma clara o horário de início do evento e institui uma tolerância máxima de 60 (sessenta) minutos para atraso de apresentações realizadas no município de Unaí.

Disciplina, ainda, multa de 30% (trinta por cento) do valor do show ou apresentação de eventos particulares em caso de descumprimento do limite de tolerância para atraso.

É importante mencionar que o Projeto em análise não explicita a forma de fiscalização por parte do Município visando garantir o cumprimento da norma, porém, como cabe ao Poder Executivo a prévia autorização para realização destes eventos, bem como sua fiscalização, não se vislumbra a necessidade de incremento na atividade fiscalizatória por parte do Poder Público e, desta forma, não haveria qualquer impacto de natureza financeiro-orçamentária.

Além disso, a aplicação da citada multa poderá provocar aumento das receitas públicas municipais.

Quanto ao mérito o PL n.º 20/2018 trata de maior respeito ao cidadão unaiense no que é obrigado a aguardar por horas o início das apresentações musicais que sofrem atrasos rotineiros e propositais por parte de seus organizadores.

Em relação à Emenda n.º 1 ao Substitutivo n.º 1 do PL n.º 20/2018, proposta pela Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos, verifica-se tratar apenas de melhoria da redação do parágrafo 4º do artigo 94-C, dispensando maior análise.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei n.º 20/2018, na forma do

Substitutivo n.º 1, bem como de sua Emenda n.º 1.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 10 de abril de 2018.

VEREADOR PAULO CÉSAR RODRIGUES
Relator Designado